



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Conforme Lei Municipal nº 5819, 22 de março de 2021.

Sexta-feira, 23 de Junho de 2023

Ano 2023 - Edição nº 95/2023

[www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br) | [www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial)

## SUMÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO	2 à 2
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS	3 à 3
ABERTURA DE EDITAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4 à 4
DECRETO Nº 4926, DE 22 DE JUNHO DE 2023	5 à 8
DECRETO Nº 4924 DE 16 DE JUNHO DE 2023	9 à 9

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Caçapava, veicula do exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Caçapava poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br) Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse [www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial). As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

### Prefeitura Municipal de Caçapava

CNPJ: 45.189.305/0001-21

Endereço: Rua Cap. Carlos de Moura, 243

Telefone: (12) 3654-6600

### Câmara Municipal de Caçapava

CNPJ: 48.408.496/0001-63

Endereço: Praça da Bandeira, 151

Telefone: (12) 3654-2000

### FUSAM (FUNDAÇÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA)

CNPJ: 50.453.703/0001-43

Endereço: Av. Dr. Pereira de Mattos, 63 - Centro, Caçapava - SP - CEP: 12281-450

Telefone: (12) 3654-8800 - [comunicacao@fusam.com.br](mailto:comunicacao@fusam.com.br)



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001. O Município de Caçapava garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site [www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br) compilado e também disponível em [www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial](http://www.cacapava.sp.gov.br/diario-oficial).

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico nº 045/2023 – Processo nº 3447/2023.

Objeto: Registro de Preços para Eventual Aquisição de Camisetas Promocionais para Eventos. Retirada do Edital no site [www.cacapava.sp.gov.br](http://www.cacapava.sp.gov.br) – link: <https://cacapava.sp.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico>, local da sessão pública: [www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br). Abertura: 12/07/2023, às 09h00min. Informações: Fone (12) 3654-6692.

## ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO Nº 2258/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS PARA EXECUTAR A OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR NO BAIRRO JARDIM PANORAMA**

Aos 23 dias de junho de 2023, às 15h, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Caçapava, sito à Rua Capitão Carlos de Moura, nº 243, Vila Pantaleão, Caçapava / SP, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº. 22/GAB, de 13 de abril de 2023, composta pelos seguintes membros presentes: Sr. Felipe Rodrigues Miranda dos Santos – Membro, Sr. Caio Luiz Storto Santos – Membro e Jonatas William Silva - Membro para proceder à abertura do envelope de proposta de preço, da licitação sob a modalidade Concorrência Pública nº 001/2023, para contratação de empresa para a execução dos serviços acima citados.

Após decorrido o prazo recursal, e com a devida publicação do aviso de abertura dos envelopes de preços, no momento da sessão, foi constatado que os envelopes estavam devidamente lacrados. A Comissão de Licitação, procedeu com a abertura da proposta da empresa habilitada, chegando-se ao seguinte resultado classificatório:

EMPRESA	VALOR TOTAL
<b>1º colocado: T N de Souza Comércio, Serviços e Construções Eireli - ME</b> <b>CNPJ: 27.531.925/0001-15</b>	<b>R\$ 5.408.574,04</b>
<b>2º colocado: Engeply Engenharia Serviços e Suprimentos Ltda</b> <b>CNPJ: 16.793.191/0001-26</b>	<b>R\$ 5.600.085,90</b>

Conforme estabelecido no Edital o preço proposto inclui todos os custos necessários à Prestação dos Serviços licitados pela Prefeitura Municipal, todos os tributos incidentes, encargos diversos, seguros, deslocamento até o local de execução e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no custo final do objeto da licitação.

Não havendo necessidade de ser suspensa a licitação para análise das propostas, ou para a realização de diligências ou consultas, a Comissão comunicará a decisão e classificação, baseada nos fatores e critérios estabelecidos no edital.

**Tendo em vista o critério de menor preço global, a Comissão considerou vencedora a empresa T N de Souza Comércio, Serviços e Construções Eireli - ME.**

Após decisão sobre a classificação da proposta da empresa, a comissão publicará o resultado, ficando estabelecido o prazo recursal.

Após vencido o prazo recursal, o Processo será encaminhado à Sra. Prefeita Municipal, que nos termos da Lei, poderá HOMOLOGAR E ADJUDICAR o resultado no prazo legal, ou REVOGAR a Licitação, havendo interesse público decorrente de fato superveniente, pertinente e suficiente.

E, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por todos os presentes.

A comissão tornará público o resultado desta sessão.

ABERTURA DE EDITAL - A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, comunica a todos os interessados a abertura do Edital de Qualificação de Organização Social de Saúde nº 004/2023, que trata da qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social na área da Saúde, pelo período de 20 (vinte) dias úteis, de 26/06/2023 a 21/07/2023.

**DECRETO Nº 4926, DE 22 DE JUNHO DE 2023**

**Concede a permissão de uso de bem público imóvel que especifica, localizado no bairro Sapé I, neste Município, à Mitra Diocesana de Taubaté-SP.**

**Pétala Gonçalves Lacerda, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o § 4º, do Art. 110, da Lei Orgânica do Município de Caçapava,

**D E C R E T A**

**Art. 1º** Fica permitido, a título precário, e por prazo determinado, à Mitra Diocesana de Taubaté, CNPJ n.º 72.293.509/0001-80, o uso da área localizada na Rua Major Franklin Queiros nº 35 – Sapé I, nesta cidade.

**Art. 2º** A referida permissão destina-se, exclusivamente, a passagem de veículos para acesso à Mitra Diocesana de Taubaté, ficando vedada qualquer outra destinação.

**Art. 3º** A permissão é concedida a título precário e por prazo determinado de 60 (sessenta) meses, podendo ser revogada a qualquer tempo e/ou prorrogada, a critério da Administração Pública.

**Art. 4º** As condições de utilização da área pela permissionária estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Permissão de Uso de Bem Público - que passa a fazer parte deste Decreto.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA, 22 de junho de 2023.**

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**

**ANEXO – I**

**Decreto nº 4926, de 22 de junho de 2023**

**PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO****TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO**

Aos 31 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, o Município de Caçapava-SP, representado pela Prefeita Municipal Sra. Pétala Gonçalves Lacerda, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, de outro lado a **Mitra Diocesana de Taubaté**, o Município é representado pela Sra. Pétala Gonçalves Lacerda, CPF 149.533.858-45, e a Mitra Diocesana de Taubaté, representada pelo Pe. Leandro Alves de Souza, CPF nº 337.659.338-80, residente e domiciliado na Rua Eugênio Augusto de Oliveira, 85 – Vila Santa Isabel - Caçapava/SP, doravante denominado **PERMISSIONÁRIOS** celebram, de comum acordo, o presente Termo de Permissão de Uso de Bem Público a Título Precário e Gratuito, nos termos do artigo 110, § 4º, da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1. O **MUNICÍPIO** autoriza através do presente instrumento que os **PERMISSIONÁRIOS** façam uso, por prazo determinado de 60 (sessenta) meses, e a título precário, da área pública localizada na Rua Major Franklin de Queiroz, confrontante com a Rodovia João do Amaral Gurgel, Caçapava-SP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETIVOS**

2. Os **PERMISSIONÁRIOS** só poderão fazer uso da área permitida para fins de passagem de veículos ao templo religioso da Mitra Diocesana de Taubaté.

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES**

3. Os **PERMISSIONÁRIOS** ficam autorizados a:

- a) utilizarem o trecho da área somente para passagem de veículos, durante a vigência desta Permissão de Uso;
- b) utilizar o espaço público no prazo e condições estipulados neste termo;

c) restituir o espaço ocupado desimpedido e em perfeitas condições de uso, quando da extinção da permissão de uso;

d) manter o espaço permitido, em perfeito estado de conservação, sendo de inteira responsabilidade do Permissionário as consequências decorrentes do seu descumprimento;

#### **CLÁUSULA QUARTA – USO E ATIVIDADE**

4. A presente permissão destina-se ao uso exclusivo do Permissionário, vedada sua utilização, a qualquer título, bem como a sua cessão ou transferência, para pessoa estranha a este Termo.

4.1. É vedado o uso do espaço público para a realização de propaganda político-partidária.

4.2. É vedada a divulgação e veiculação de publicidade estranha ao uso permitido no imóvel, objeto da Permissão de Uso, exceto a de caráter informativo de atividades próprias das estabelecidas neste Termo.

4.3. Os PERMISSIONÁRIOS ficam diretamente vinculados à fiscalização dos órgãos municipais, quanto ao uso da área objeto da presente Permissão.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PRAZO**

5. A presente permissão é concedida, a título precário, por prazo determinado de 60 (sessenta) meses, observados os critérios da oportunidade e conveniência da Administração Pública, podendo ser revogada a qualquer tempo sem prévia notificação e/ou prorrogada.

5.1 Sendo revogada a permissão o Permissionário fará a desocupação completa e entrega do espaço público independente de notificação.

5.2. Havendo interesse do Permissionário em fazer o desuso da área fica obrigado a comunicar por escrito sua intenção, tendo um prazo de 30 (trinta) dias, contados daquela comunicação, para efetiva entrega do espaço público.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PROIBIÇÕES**

1. É proibido aos PERMISSIONÁRIOS:

a) transferir, ceder, emprestar, ou locar o espaço objeto desta permissão;

b) alterar a atividade permitida, sem autorização prévia e expressa da Administração Pública, e formalização por Termo Aditivo;

c) exercer atividade comercial com a finalidade de lucro e comercializar artigos proibidos por lei;

d) praticar ou permitir a prática de jogos de azar ou assemelhados;

e) colocar letreiros, placas, anúncios, luminosos ou quaisquer outros veículos de comunicação no espaço público sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO;

f) desenvolver no espaço público atividades estranhas à permitida;

g) desatender as requisições previstas na cláusula 8.5 desta Permissão de Uso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES**

7. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar aos PERMISSIONÁRIOS as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

a) advertência;

b) multa na forma da lei;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que os PERMISSIONÁRIOS ressarçam a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

e) revogação da Permissão de Uso;

7.1 As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, quando for viável, ou sucessivamente, a critério do MUNICÍPIO, facultada a prévia defesa do interessado em um prazo de 05 (cinco) dias úteis, em processo administrativo especialmente aberto para tal fim.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8. Revogada a permissão não remanescerá aos PERMISSIONÁRIOS direito a qualquer espécie de indenização, nem, tampouco, exercício de retenção.

8.1 As construções e reformas efetuadas pelo PERMISSIONÁRIA no espaço público desta permissão só poderão ser efetuadas mediante avaliação e autorização prévia da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, bem como autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO e correrão às expensas do Permissionário.

2. Qualquer alteração no espaço público objeto da presente permissão que se fizer sem a autorização referida, poderá ensejar, a critério do MUNICÍPIO, a revogação da permissão de uso.

3. As instalações e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito funcionamento da atividade permitida serão de inteira responsabilidade do Permissionário, correndo às suas expensas as despesas correspondentes.

4. Havendo risco para a segurança dos usuários, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades dos PERMISSIONÁRIOS bem como a completa desocupação do espaço público.

5. O espaço permitido poderá ser requisitados, eventualmente, para atividades de interesse do Município, quando o Permissionário será notificado no mínimo com 1(um) dia de antecedência.

6. Os PERMISSIONÁRIOS são responsáveis civil e criminalmente por qualquer sinistro que porventura venha a ocorrer nas dependências do espaço público permitido, em decorrência do descumprimento das condições estabelecidas na legislação edilícia do Município.

#### **CLÁUSULA NONA - REVOGAÇÃO**

9. Constituem motivos para a revogação da presente permissão de uso:

- a) o término do prazo da concessão;
- b) o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicáveis à espécie;
- c) o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
- d) o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
- e) a dissolução do Permissionário;
- f) a alteração das finalidades institucionais dos PERMISSIONÁRIOS sem prévia comunicação do MUNICÍPIO;
- g) razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
- h) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da permissão de uso.

1. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em ato administrativo específico, sem abertura de processo administrativo para tal fim uma vez que se trata de permissão a título precário.

9.2 Revogada a permissão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FORO**

10. Fica, desde já, eleito o foro da Comarca de Caçapava-SP para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente permissão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

10.1 Do que, para valer e constar, celebrou-se o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Caçapava-SP, de de 2023.

**Pétala Gonçalves Lacerda**

**Prefeita Municipal**





## Município de Caçapava

### DECRETO Nº 4924 DE 16 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, autorizada pela Lei nº 6008, de 22 de dezembro de 2022.

**PÉTALA GONÇALVES LACERDA**, Prefeita Municipal de Caçapava, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

#### D E C R E T A:

**Artigo 1º** – Fica aberto no Orçamento corrente, com fundamento na autorização contida no inciso IV do art. 7º da Lei nº 6008, de 22 de dezembro de 2022, em favor do órgão abaixo, os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 395.845,00 (trezentos e noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), conforme programação constante do Anexo I deste Decreto:

01.10.00 Câmara Municipal	395.845,00
---------------------------	------------

**Artigo 2º** – Os créditos abertos por este Decreto serão cobertos com recursos provenientes de:

I. Anulação de dotação (art. 43, § 1º, III, Lei 4.320/64), constante do anexo II deste Decreto:	395.845,00
---	------------

**Artigo 3º** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Caçapava, 16 de junho de 2023

Anexos disponíveis no site: [www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais](http://www.cacapava.sp.gov.br/publicacoes/editais)

**PÉTALA GONÇALVES LACERDA**  
Prefeita Municipal

**JOHNNY ROBERTY B. S. OLIVEIRA**  
Secretário de Finanças